PORTARIA N.º 1717 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

AUTORIZAR 14 e 1/2 diárias a KARLA TRINDADE LIMA, AAF, lotada na CPME, objetivo: Prog de Fisc Itinerante nas Fronteiras, no período de 01.10 a 15.10.2008, no trecho Belém/Base Candirú/Belém.

PORTARIA N.º 1718 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

AUTORIZAR 14 e 1/2 diárias a ANA CRISTINA SANTOS DA PAZ, AFRE, lotada na CPME, objetivo: Prog de Fisc Itinerante nas Fronteiras, no período de 01.10 a 15.10.2008, no trecho Belém/Base Candirú/Belém.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT CAPANEMA

O IImº Sr. Dr. Valter de Almeida Leite, Coordenador Fazendário da CERAT Capanema, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, aos titulares das empresas abaixo identificadas, que em conformidade com a Lei complementar nº 123 de 14.12.2006, alterada pela Lei Complementar 127 de 14.08.2007, combinado com a Resolução CGSN nº -15/2007, a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, por exercer atividade econômica vedada de participar do Regime do Simples Nacional na forma do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, e normatizado pela Resolução CGSN 06/2007.

Considerando o disposto no artigo 39 da LC nº 123/06 c/c a Lei Complementar Estadual nº 58/2006, fica estabelecido o prazo de 30 dias para apresentação da documentação que comprove que na época da solicitação de opção pelo Simples Nacional não havia a informação dessa atividade econômica vedada em seu cadastro na Junta Comercial do Estado.

EMPRESA	DATA DOS EFEITOS DO INGRESSO NO S NACIONAL	DATA DOS EFEITOS DA EXCLUSÃO
15.251.048-6 LUIZ C DE SOUSA & CIA LTDA	01.07.2007	01.07.2007

VALTER DE ALMEIDA LEITE
COORDENADOR FAZENDÁRIO
CERAT/CAPANEMA

ACÓRDÃO N.ºS 231 A 247**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDARIOS – TARF**

ACÓRDÃO N. 231 – PLENO - RECURSO N. 834 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000197-3/AINF N.54015). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com a exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 232 – PLENO - RECURSO N. 835 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000200-7/AINF N. 54018). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA- Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 233 – PLENO - RECURSO N. 836 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000198-1/AINF N. 54016). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 234 – PLENO - RECURSO N. 837 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000201-5/AINF N. 54019). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA- Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 235 – PLENO - RECURSO N. 838 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000193-0/AINF N. 54014). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 236 – PLENO - RECURSO N. 839 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000182-5/AINF N. 54006). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA- Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigada a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com a exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 237 – PLENO - RECURSO N. 841 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000187-6/AINF N. 54011). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigado a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 238 – PLENO - RECURSO N. 840 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000190-6/AINF N. 54013). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigado a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 239 – PLENO - RECURSO N. 845 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000189-2/AINF N. 54012). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA- Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigado a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

ACÓRDÃO N. 240 – PLENO - RECURSO N. 846 - REVISÃO (PROCESSO N. 192005730000185-0/AINF N. 54009). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A autoridade julgadora formará seu livre convencimento, não estando obrigado a debater ponto a ponto os argumentos apresentados pela defesa, desde que em sua decisão constem os fundamentos necessários à solução da lide. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada por unanimidade. 3. Comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária recolheu a menor o valor do IPVA, cabe à fiscalização proceder a cobrança da diferença. 4. A falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso de Revisão conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/08/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 10/09/2008. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa, Fernando Acatauassú Nunes e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo parcial provimento do Recurso, para ser mantido o crédito tributário com exclusão da multa e de juros moratórios.

CONTINUA NO CADERNO 2